

GESTÃO PEDAGÓGICA E JUVENTUDE: CONCEITOS E DESAFIOS

Lucélia de Moraes Braga Bassalo¹

Denise Gisele de Britto Damasco²

Resumo: Este artigo busca compreender a gestão pedagógica e os sujeitos jovens presentes na escola. A principal questão que se coloca é: Quais são os desafios da gestão escolar diante da juventude contemporânea? A primeira parte deste artigo trata do termo gestão, do percurso histórico referente às políticas públicas e administração escolar, uma reflexão sobre o sentido de uma gestão escolar que favoreça a diversidade e a inclusão sociocultural a partir de autores como: Bordignon e Gracindo (2004), Sander (2005; 2007), Gadotti (2006) e Saviani (2007). A segunda parte aponta por meio de autores como Margulis (2001, 2010), Dayrell (2003, 2005, 2007) e Mannheim (1993) a necessidade de se compreender a categoria analítica juventude, bem como as definições e entendimentos do ser jovem.

Palavras chave: gestão pedagógica, juventude, gestão escolar e juventude

INTRODUÇÃO

A produção do conhecimento em políticas e administração da educação abarca um extenso campo de estudos e pesquisas. A gestão produtiva, voltada para o mercado, e a gestão democrática, voltada para a cidadania. As últimas duas décadas são testemunho do crescente engajamento político dos educadores na construção da democracia e da gestão democrática como caminhos efetivos para fazer frente às poderosas forças do mercado que inspiram a gestão produtiva da educação.

Criar oportunidades de educação cidadã, de trabalho e aprendizado coletivos, visando desenvolver uma efetiva participação no pensar e no fazer a educação e promover estratégias de ação coletiva na formulação e execução de políticas educacionais, constitui-se em desafios para os profissionais da educação.

Frequentemente, estudos e pesquisas, sobre gestão da escola, têm enfatizado a necessidade de se colocar a escuta de todos os segmentos da escola, entre os quais destacamos os/as estudantes, pois estes têm opiniões e interpretações, por vezes,

¹ Doutora em Educação pela Universidade de Brasília - UnB. Professora Assistente I da Universidade do Estado do Pará/Brasil e Professora Adjunto III da Universidade da Amazônia/Brasil. Pesquisadora do Observatório GERAJU - Gerações e Juventude FE/UnB. E-mail: lbassalo@uol.com.br

² Doutoranda em Educação pela Universidade de Brasília. Professora da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal/Brasil. Membro do Observatório GERAJU - Gerações e Juventude FE/UnB. E-mail: denise.damasco@gmail.com

diametralmente opostas à equipe gestora da escola. As recusas, os embates e mesmo as experiências escolares de sucesso tem apontado, especialmente, para a necessidade de refletir sobre como vem se dando a relação com os jovens que estão na escola.

Entretanto, compreender os jovens que estão na escola é constatar que o conceito de juventude apresenta várias perspectivas e, aproximar-se dele é se colocar por um lado, no campo teórico, diante de várias definições e representações sociais sobre 'ser jovem', portanto de vários conceitos e, por outro, dos diferentes modos de ser jovem, que segundo Dayrell (2005), nem sempre corresponde ao senso comum sobre juventude, marcado pela noção de desenvolvimento orgânico ou ao pertencimento a uma determinada faixa etária.

Esta condição, ser uma categoria teórica e ao mesmo tempo ser um dado da realidade, nos remete a uma questão: como desenvolver uma gestão pedagógica inclusiva sem reconhecer que o jovem que está nas salas de aula? Como podemos definir juventude e quem são os jovens? Sendo assim, quais são os desafios da gestão escolar diante da juventude contemporânea? Este texto se divide em duas partes. Na primeira apresenta-se a gestão escolar em seu percurso histórico e desafio contemporâneo e na segunda o campo de estudos sobre juventude, no que se refere a sua definição conceitual e compreensão do jovem que está presente nas escolas.

GESTÃO DA ESCOLA: UM DESAFIO EM CURSO

Para pensar em gestão escolar ou da educação no Brasil é preciso localizar esse termo na história das políticas educacionais. De acordo com Sander (2005) é possível distinguir algumas perspectivas analíticas, desconstruindo e reconstruindo o pensamento político e administrativo no campo do ensino. Segundo o autor quatro movimentos influenciaram os destinos da educação no século XX: a administração para a eficiência econômica; a administração para a eficácia técnica; a administração para a efetividade política e a administração para a relevância cultural.

O termo administração dominou o pensar e o fazer a educação, pois há três décadas, o termo gestão era praticamente inexistente na teoria e na prática da educação brasileira (SANDER, 2005). Por sua vez, Azevedo (2011) esclarece que no campo da educação, a partir dos anos 1980, os termos administração escolar ou administração da educação eram termos utilizados como sinônimo de gestão escolar, entretanto devemos

considerar que a gestão escolar é distinta da gestão de uma associação, de uma comunidade, de uma cooperativa mesmo que as mesmas visem à manutenção de um grupo de pessoas.

O termo gestão disputa espaço semântico com gestão, gerência e governação. Na realidade, para muitos analistas, a adoção dos termos gestão e gerência representam mais uma transposição, tão comum na história do pensamento administrativo. Com o termo governação associa-se a ideia de processo, de exercício e ação de governar, em vez do enfoque funcionalista, próprio do pensamento administrativo tradicionalmente adotado na educação ocidental. Outro conceito, consagrado nos finais dos anos 1990 no Brasil, se refere ao conceito de gestão democrática da educação.

O pano de fundo da tendência política e administrativa na qual uma gestão escolar é uma gerência ou governação encobre o fenômeno de globalização da economia e da atividade humana, com suas consequências em termos de agudização da pobreza, da exclusão, da iniquidade e do desemprego, que se manifestam de maneira persistente em todo mundo. À luz da globalização da economia e da atividade humana, está centrado o enfoque de governabilidade, definida em termos de capacidade de mediação dos centros de poder com a sociedade civil e as instituições que modelam a vida moderna.

De acordo Sander (2005) há quatro momentos do percurso histórico em matéria de políticas públicas e administração da educação no Brasil: o momento da colonização; o momento da ordem e do progresso; o momento da economia da educação e o momento da reconstrução democrática. O estudo das concepções políticas e administrativas que têm influenciado os destinos da educação brasileira requer uma definição de termos como administração, gestão, governo, governação, governança e governabilidade, acompanhada de uma discussão sobre suas implicações políticas e pedagógicas.

A concepção produtivista iniciada na década de 1960 no Brasil aderiu à teoria do capital humano, manteve sua hegemonia até os anos de 1990, pois

Nesse novo contexto, as ideias pedagógicas sofrem grande inflexão: passa-se a assumir no próprio discurso o fracasso da escola pública, justificando sua decadência como algo inerente à incapacidade do Estado de gerir o bem comum. Com isso se advoga também no âmbito da educação, a primazia da iniciativa privada regida pelas leis do mercado. (SAVIANI, 2007, p. 426)

Gadotti (2006) alerta que a lógica do mercado estabelece que a privatização é uma das maneiras de se diminuir os gastos com educação. Assim, a sociedade assume

esse serviço no lugar do Estado. A transformação da educação em mercadoria e a incorporação dos mecanismos de mercado desresponsabilizam o Estado diante do dever de educar.

O papel do Estado brasileiro, segundo Silva (2005), nos anos de 1980 foi de executor de política nacional de educação e, em 1990, o Estado tornou-se coordenador dessa política. A natureza desse processo privatizador não está fora do Estado brasileiro, senão dentro de sua própria estrutura, bem como nos acordos pactuados com as forças econômicas e político-partidárias que o constituem historicamente. O enfoque de um modelo de gestão escolar que privilegia a técnica em detrimento da compreensão política de gestão enfraquece instâncias coletivas de decisões e a participação da comunidade escolar. Sander (2007) reforça que as reformas institucionais e administrativas em diversos órgãos da administração pública foram alicerçadas no movimento neoliberal da globalização econômica e comercial.

Muitas vezes, atribui-se a culpa do fracasso escolar a um modelo de gestão que não se mostra eficaz, pois em modelos de gestão escolar que visam a gerência de processos as rotinas são fundamentais, o entendimento de que há um serviço a ser administrado, pois o cliente tem interesse em tal eficiência. (SAVIANI, 2007; SANDER, 2007).

Neste modelo de gestão o conflito é indesejável, o cliente é o objetivo e seu usuário, onde não há projeto e, sim, rotina. Assim, a equipe gestora e professores, são responsabilizados pelo fracasso escolar. Deste modo, o perfil de um gestor escolar, calcado em uma cultura positivista e com uma feição estrutura-funcionalista, baseado no poder central, na superintendência, na delegação e distribuição de tarefas gera sujeitos subordinados e uma relação de autoridade-obediência, segundo Bordignon e Gracindo (2004).

No modelo de gestão democrática, os conflitos não são anulados, mas compreendidos como desafio a ser resolvidos por toda a comunidade escolar, considerando-a como capaz de resolver problemas, pendências entre pares, a partir da criação de novas práticas e novos processos de decisão.

Uma escola que não veja o conflito negativamente é o que Gadotti (2006) denomina de escola cidadã, que se projeta para a liberdade e autonomia, uma escola vivida onde, o conflito e a resistência, que permeiam as relações, são consideradas como

elementos dialéticos, inerente as relações sociais e que promovem a alteração da realidade, o movimento histórico.

A gestão escolar que favorece a permanência com qualidade é um espaço em que os sujeitos têm sua participação assegurada, com reconhecimento dos papéis e responsabilidades de cada um (BORDIGNON; GRACINDO, 2004). O sentido qualidade da educação é a de um processo em permanente construção e não algo pronto e acabado, pois é fruto do compromisso de professores e profissionais da educação em prol de uma educação que forme cidadãos.

A gestão escolar inclui como elemento singular a interação social, as relações que ocorrem no ambiente escolar, que contribuem efetivamente para o desenvolvimento dos processos de ensino aprendizagem. Ou seja, implica em compreender os significados que estão em curso e são permutados pela comunidade escolar. Neste sentido é preciso compreender a juventude como conceito e os jovens enquanto um dado da realidade, o que será tratado no próximo item.

JUVENTUDE: UMA CONDIÇÃO HISTÓRICA

O desafio de construir uma gestão participativa, que vise o cidadão, deve considerar que “na frequência cotidiana à escola o jovem leva consigo o conjunto de experiências sociais vivenciadas nos mais diferentes tempos e espaços” (DAYRELL, 2007, 2005). Ou seja, a tentativa de homogeneização dos estudantes, contribui para a dicotomização de expectativas e possibilidades de realização de um trabalho pedagógico que promova a qualidade da educação. A condição juvenil mais do que uma marca relacionada a faixa etária, se refere a elaboração e circulação de um conjunto de significados, inclusive relacionados a escola, a sua tarefa, funcionamento e valorização.

Ou seja, considerar o estudante, enquanto pessoa que pertence a um segmento social, a juventude, implica em reconhecer que “se trata de uma condição historicamente construída e determinada cuja caracterização depende de diferentes variáveis, sendo as mais notórias a diferenciação social, o gênero e a geração” (MARGULIUS, 2001, p.42).

A juventude enquanto categoria social é, ao mesmo tempo, uma representação e, uma situação social, que tem uma materialidade, pois é “vivida com muita diversidade na realidade cotidiana, devido à sua combinação com outras situações sociais”

(GROPPO, 2000, p.15). Superar a visão de que a juventude é uma fase transitória, uma faixa etária, ou que a escola deve educar olhando para o futuro tende “a negar o presente vivido do jovem, como espaço válido de formação, assim como as questões existenciais que eles expõem, bem mais amplas do que apenas o futuro” (DAYRELL, 2003, p.41).

Por outro lado devemos lembrar da concepção desenvolvida por Mannheim (1973), de que “a juventude não é progressista nem conservadora por índole, porém é uma potencialidade pronta para qualquer oportunidade” (p.41). Esta afirmação indica as muitas possibilidades de ser jovem, de modo que pode-se visibilizar em cada sala de aula, jovens absolutamente diferentes, construindo uma diversidade de modos de ser e estar no mundo. O jovem está inserido num tempo, numa sociedade, num contexto histórico-social, logo está em relação com um outro, seja esse outro mais novo ou mais velho.

A juventude tem um caráter relacional, pois ser jovem é compartilhar com outros, sejam jovens ou não jovens, um modo de estar no mundo na sociedade, num determinado momento da história, o que lhe atribui distintas características e singularidades. Ou seja, não é possível pensar numa escola inclusiva que não supere as definições do senso comum que delimitam e por vezes, engessam as relações com os jovens nas escolas.

No senso comum define-se a juventude, a partir de imagens socialmente construídas, relacionadas a certo padrão de beleza, saúde, modo de ser e estar no mundo, afirmando que “é um estado de espírito, é um jeito de corpo, é um sinal de saúde e disposição, é um perfil de consumidor, uma fatia do mercado onde todos querem se incluir” (KEHL, 2004, p.89/90). Além disso, é comum encontrar interpretações que relacionam a juventude a uma fase de transição para a fase adulta, porém na sociedade contemporânea, a noção de ritos de passagem tem desaparecido já que se tem “reduzido a previsibilidade a respeito dos lugares sociais que ocupará cada setor etário” (MARGULIUS, 2001, p. 42).

Analisar a juventude considerando-a a partir de uma imagem social ou como fase, não reflete as diferentes maneiras de ‘ser jovem’ presentes na heterogeneidade cultural, social, econômica, comuns a época que vivemos.

No campo dos estudos sobre juventude e escola, no período de 1999 a 2006, segundo Dayrell et al (2009), houve uma expressiva incorporação da compreensão da

juventude nos estudos sobre o ambiente escolar, o que favoreceu “uma maior visibilidade do sujeito jovem, sua subjetividade, suas expressões culturais” (p.58), que ocorreu como resultado da ampliação dos temas e abordagens, oriundos da aproximação com os campos da Sociologia da Juventude e Sociologia da educação nas pesquisas. Estudos sobre identidades/subjetividades juvenis e culturas juvenis relacionadas à instituição escolar, ainda são poucos mas começam a se desenhar no bojo das investigações sobre juventude e escola, especialmente, quando se referem as escolas de ensino médio. (DAYRELL et al, 2009; SPOSITO, 2009).

Enquanto campo de estudos a Sociologia da Juventude é marcada pela noção de juventude como desvio. De acordo com Peralva (1997) há uma influência clara do funcionalismo seja durkheimiano - dado pela definição de educação que a considera como a ação dos mais velhos sobre os mais jovens -, ou do funcionalismo norte-americano - com a realização de estudos empíricos - que tomam a ordem social, seus valores e normas como categorias de análise a priori, onde se considera que jovem “é aquilo que se integra mal, que resiste à ação socializadora, que resiste a um certo padrão normativo” (PERALVA, 1997, p.18). Este tipo de noção concebe o desvio como inerente a juventude, e a partir desse olhar toma-a como uma categoria importante nas representações sociais sobre o desvio.

De acordo com Pais (1993) a Sociologia da Juventude oscila entre duas correntes de interpretação sobre juventude. A primeira se refere a considerar a juventude como uma “fase da vida” onde prevalece a busca por aspectos uniformes e homogêneos que a caracterizariam como uma geração definida por critério etário, denominado de corrente geracional e, a segunda, que toma a juventude como um “conjunto social” essencialmente variado, dadas as diferentes situações sociais, e busca entendê-la a partir, entre outras, das diferenças de classes, interesses, oportunidades ocupacionais, denominada de corrente classista. O desafio que se coloca para o campo, segundo o autor, é não só explorar as similitudes entre jovens ou grupo de jovens, mas e, principalmente, as diferenças sociais entre eles, já que a mídia ajuda a tomá-la como um mito, difundindo conceitos e visões baseados na faixa etária.

A corrente geracional, baseia-se nas teorias da socialização desenvolvidas pelo funcionalismo, especialmente representado pela tradição parsoniana, e na teoria das gerações proposta por Karl Mannheim, e é a que tem mais longa tradição nesse campo

admitindo que em cada geração é possível localizar duas tendências, a que se refere a receber o vivido (ideias, valores, instituições) da geração que a antecede e a que derivam de si próprias, de espontaneidade.(PAIS, 1993). A primeira, teorias da socialização, de influência funcionalista considera os conflitos intergeracionais como disfunções e desvios, enquanto que a teoria das gerações concebe que as descontinuidades e conflitos intergeracionais estão na base da formação da juventude, e são tomadas como positivas, pois mobilizam significados que podem ser transformados em outros.

A corrente classista baseia-se na reprodução das classes sociais, de modo que criticam qualquer conceito de juventude, pois a tomam como imersa nas relações de classe, e pautada por desigualdades sociais, sendo assim a juventude estaria inscrita em culturas de classe, desenvolveriam culturas de resistência, “negociadas no quadro de um contexto cultural determinado por relações de classe” (PAIS, 1993, p.48). Tal corrente está representada, sobretudo pelos estudos de Birmingham, desenvolvidos na década de 60 e 70 do século XX, no Centre for Contemporary Cultural Studies – CCCS (HALL; JEFFERSON, 1975).

Neste ponto é interessante ressaltar ainda a circulação de interpretações diferentes com relação a teoria das gerações. Enquanto na classificação de Pais (1993), a teoria das gerações aparece no mesmo grupo que o funcionalismo, por estar definida entre aquelas que concebem a juventude como fase da vida, para Peralva (1997) o rompimento com a noção de desvio é proporcionada pelo conceito de geração, que apropriada por pesquisadores fez gerar um numeroso conjunto de estudos que desenvolveram a noção de juventude ‘engajada’, com participação política, apontando como fatores positivos aqueles interpretados anteriormente como desvios.

Além destas duas correntes circulam no campo de estudos sobre juventude tendências que utilizam conceitos como *socialização* e *cultura juvenil*, o primeiro associado a análises que de processos de socialização em diferentes espaços e contextos como família, escola, religião, trabalho, grupos de amigos, e o segundo voltado para diferentes orientações singulares da prática cotidiana dos jovens.

Os trabalhos que utilizam o conceito de socialização como matriz para suas interpretações têm origem nos conceitos desenvolvidos na escola sociológica francesa, representada atualmente por François Dubet, e tem contribuído especialmente para o

desenvolvimento dos estudos que revelam espaços e tempos dedicados ao lazer, a diversão, e ao trabalho, bem como dos laços sociais (juventude e família, juventude e escola), pois considera a socialização como “uma área de investigação que explora as relações indissociáveis entre indivíduo e sociedade” (SETTON, 2008, p.1).

Podemos destacar entre as produções voltadas para cultura juvenil, a posição de Pais (1993) que ao avaliar os limites das duas correntes do campo de estudos sobre juventude, acrescenta ao debate o sentido antropológico de cultura, pois esta dimensão “faz apelo para modos de vida específicos e práticas quotidianas que expressam certos significados e valores não apenas ao nível das instituições, mas também ao nível próprio da vida quotidiana” (p.55), identificando a necessidade que “os jovens sejam estudados a partir dos seus contextos vivenciais quotidianos³” (p.56).

Retomar o objeto de estudo a partir dos dados da sua experiência se faz indispensável, pois é no processo de interação que se dá o entendimento e a compreensão social, ou ainda a juventude tem uma condição relacional, inserida na interação social, marcada pela idade e processada pela cultura (MARGULIUS, 2001).

Há ainda outras orientações como a apontada por Dayrell (2005) que recusa a noção desenvolvida nas duas correntes, e inscreve sua análise sobre os processos de socialização da juventude, no que denomina *ótica da diversidade*, para afirmar que não existe um único modo de ser jovem. Constrói essa afirmação a partir do deslocamento da prática de investigação que considera um modelo como hipótese para um processo que faz emergir do conteúdo experiencial de determinados jovens (rappers e funkeiros), um modelo ou modo de ser jovem. Para fundamentar sua noção conceitual de juventude, na análise do tempo tanto como relacionado à transição da criança para o adulto, quanto como singularidade da juventude, recorre a Alberto Melluci. Vê-se, no entanto, que a este aporte teórico estão também associadas as prerrogativas inerentes a teoria das gerações de Karl Mannheim.

Porém essa perspectiva poderia levar a definição de juventude como vinculada a determinado tipo de participação social, tal como a realizada por Foracchi (1972) que considera a perspectiva mannheimiana como a parcela de jovens das camadas altas e universitários. A juventude não é uma condição limitada nem a classe, nem a orientação política, pois

³ Grifo do autor.

Todas as classes sociais têm jovens, que se diversificam em vários grupos portadores de códigos culturais distintos expressos na sua aparência e comportamentos, e também nas possibilidades e condições de vida que emanam de sua situação socioeconômica, ou que incide nos seus consumos, suas expectativas, seus projetos e suas esperanças. A juventude é uma condição definida pela cultura, mas tem uma base material vinculada com a idade. Isto indica aspectos relacionados com o corpo, tais como saúde, energia, capacidade reprodutiva e também remete a características culturais relacionadas com a idade (MARGULIUS, 2001, p.45).

É importante retomar a compreensão de que “Geração nos fala de idade, mas não do ponto de vista da biologia, mas em termos de história” (MARGULIUS, 2001, p.47), e lembrar que as fronteiras de compreensão da língua ficam evidentes quando tratamos de uma teoria que se desenvolve fora do domínio do inglês, como é o caso da teoria das gerações, elaborada em alemão, e traduzida para o inglês e português sem o devido cuidado com o conteúdo do original. Na teoria das gerações, o ‘tempo’ assume um papel central na constituição das argumentações, especialmente a definição do ‘tempo interior’ é importante no desenvolvimento da construção do conceito de geração, pois redireciona o olhar do tempo fragmentado e sequencial, linear e causal, para um tempo que não pode ser apreendido fora da experiência do sujeito/s, já que é experimentado, vivido, e como ‘interior’ do sujeito não pode ser medido, mas pode ser apreendido subjetivamente a partir de uma perspectiva de análise qualitativa. Este pressuposto conduz a delimitação das gerações como não só “a sucessão que toma um sentido mais profundo que o meramente cronológico, mas também a contemporaneidade” (MANNHEIM, 1993, p.199).

Esta demarcação é muito importante, pois retira o sujeito, no caso deste trabalho, o jovem, de uma medição cronológica linear, inserindo-o no contexto sócio histórico, já que os indivíduos recebem as mesmas influências predominantes em sua contemporaneidade, independente de estar no início ou final de seu processo formativo, o que define tempo e contemporaneidade como experimentações subjetivas (MANNHEIM, 1993).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste texto demonstramos que a gestão da escola que assume os desafios de ser democrática, incluindo os componentes da comunidade escolar nos desafios de gerir o processo de permanência com qualidade na escola, precisa considerar que seus os/as estudantes, enquanto jovens, são sujeitos históricos e não serão no futuro, mas o são

neste momento e, como tais tem singularidades que os inscreve noutra condição: não são uma fase ou uma faixa etária simplesmente, mas constroem significados atribuindo sentido ao estar na escola e como estar na escola.

A produção do conhecimento sobre a juventude e a circulação de sentidos e significados, de compreensões e visões pode subsidiar as formas de gestão da escola, que atente para as formas de interação contemporâneas e amplamente utilizadas pela juventude, já que em todas as sociedades, sejam elas mais tradicionais ou não, a juventude tem um papel reconhecidamente importante, pois pode ser considerada como continuidade ou como agente de mudança, de revitalização do status quo.

Sendo assim, compreender que a condição de estudante não apaga os registros culturais, desejos, valores de cada jovem, contribui para que a escola alcance o objetivo de promover a qualidade e desenvolver a cidadania.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Janete Maria Lins de. Notas sobre a análise da gestão da educação e da qualidade do ensino no contexto das políticas educativas. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação (RBP AE)*, v.27, n.3, p.361 - 588, set/dez 2011.

BORDIGNON, Genuíno e GRACINDO, Regina Vinhaes. *Gestão da Educação: o município e a escola*. In: FERREIRA, Naura Syria Carapeto; AGUIAR, Márcia Ângela da S. (orgs.) *Gestão da Educação: impasses, perspectivas e compromissos*. São Paulo: Cortez, 2004.

DAYRELL, Juarez. O jovem como sujeito social. *Revista Brasileira de Educação*, set/out/Nov/dez 2003, p. 40-52.

DAYRELL, Juarez. *A música entra em cena: o rap e o funk na socialização da juventude*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2005.

_____. A escola “faz” as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. *Educação e sociedade*, Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 1105-1128, out. 2007.

_____. et al. O estado da arte sobre juventude na pós-graduação brasileira: educação, ciências sociais e serviço social (1999-2006) In: *O Estado da Arte sobre juventude na pós-graduação brasileira: Educação, Ciências Sociais e Serviço Social (1999-2006)*. Volume I. Belo Horizonte, MG: Argvmentvm, 2009.

FORACCHI, Marialice M. *A juventude na sociedade moderna*. São Paulo: Pioneira, 1972.

GADOTTI, Moacir. *Escola Cidadã*. São Paulo: Cortez, 2006.

- GROPPO, L.A. *Juventude: ensaios sobre sociologia e história das juventudes modernas*. Rio de Janeiro: Difel, 2000.
- HALL, Stuart; JEFFERSON, Tony (eds.) *Resistance Through Rituals. Youth subcultures in postwar Britain*. London: Hutchinson; Birmingham: The Center of Contemporary Cultural Studies from the University of Birmingham, 1975.
- KEHL, Maria Rita. A juventude como sintoma da cultura. In: NOVAES, Regina; Vannuchi, Paulo. *Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação*. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2004.
- MARGULIS, Mario. Juventud: una aproximación conceptual. In: BURAK, Solum Donas (comp). *Adolescencia y juventud en América Latina*. Cartago: Libro Universitario Regional, 2001.
- MANNHEIM, Karl. *Diagnóstico de nosso tempo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.
- _____. El problema de las generaciones. *Revista española de investigaciones sociológicas*. Madri, Espanha, nº 62, p.193-245,1993.
- PAIS, José Machado. *Culturas Juvenis*. Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1993.
- PERALVA, O jovem como modelo cultural. *Revista Brasileira de educação*, n. 5-6, mai./dez. p.15-24, 1997.
- SANDER, Benno. *Políticas públicas e Gestão Democrática da Educação*. Brasília: Líber Livro, 2005.
- SANDER, Benno. *Administração da Educação no Brasil: genealogia do conhecimento*. Brasília: Líber Livro, 2007.
- SAVIANI, Demerval. *História das ideias pedagógicas no Brasil*. São Paulo: Autores Associados, 2007.
- SETTON, Maria da Graça Jacinto. *Introdução ao tema socialização*. Junho de 2008. Disponível em: <<http://www.maxwell.lambda.ele.puc-rio.br/11994/11994>>. Acesso em: 22 out 2010.
- SILVA, Maria Abádia. O Consenso de Washington e a privatização na educação brasileira. *Revista Linhas Críticas*, Universidade de Brasília, Faculdade de Educação. Brasília, v. 11, n.20, p. 255-264, jul./dez, 2005.
- SPOSITO, Marília Pontes (Coord.). A pesquisa sobre jovens na Pós-Graduação: um balanço da produção discente em Educação, Serviço Social e Ciências Sociais (1999-2006). In: *O Estado da Arte sobre juventude na pós-graduação brasileira: Educação, Ciências Sociais e Serviço Social (1999-2006)*. Volume I. Belo Horizonte, MG: Argvmentvm, 2009.